
PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2023

PROCESSO Nº 12931/2023

DATA DA REALIZAÇÃO: 17/01/2024

HORÁRIO: 09:00h.

LOCAL: Rua Marques da Cruz, nº 61 – Centro – São Pedro da Aldeia – RJ.

O Município de São Pedro da Aldeia, por intermédio da Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Convênios, mediante o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria GAPRE nº 599, de 03 de março de 2023 e pelo Secretário Municipal de Licitações, Contratos e Convênios, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 82, I, da Lei Orgânica do Município combinado com o disposto no art. 57-B, da Lei Complementar nº 184, de 28 de dezembro de 2021, alterada pela Lei Complementar nº. 201 de 20 de janeiro de 2023, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicados fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com a finalidade de fazer REGISTRO DE PREÇOS, pelo regime de execução de empreitada por preço unitário, pelo critério de julgamento do MENOR PREÇO POR ITEM, conforme o edital e seus anexos.

O procedimento licitatório que dele resultar, será regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá integralmente ao Decreto Municipal nº 100, de 2006 e Decreto Municipal nº 27/2013, que regulamentam, respectivamente, a modalidade pregão e o sistema de registros de preço no âmbito do Município de São Pedro da Aldeia-RJ, decreto federal 7.892/2013, a Lei Complementar 123 de 14 dezembro de 2006 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

SECRETARIA INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO; SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS; SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA ABASTECIMENTO E TRABALHO; SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO; SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER; SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA.

RETIRADA DO EDITAL: de 28/12/2023 a 16/01/2024, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, à Rua Marques da Cruz, nº 61 – Centro – São Pedro da Aldeia/RJ, de segunda a sexta-feira, das 09h às 16:30 horas, estando, também, disponível no Portal Oficial da Prefeitura (www.pmspa.rj.gov.br).

CRENCIAMENTO: O credenciamento dos representantes das empresas interessadas em participar da licitação será realizado a partir de 09:00h, do dia 17/01/2024.

SESSÃO PÚBLICA: A sessão pública, para o credenciamento e recebimento dos envelopes contendo as PROPOSTAS DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO será às 09:00h, e a abertura dos invólucros com as propostas de que trata a alínea acima será às 09:05 horas, do dia 17/01/2024, na sala de Licitações da PMSPA, localizada à Rua Marques da Cruz, nº 61 – Centro – São Pedro da Aldeia – RJ.

1 - DO OBJETO

Seleção da proposta mais vantajosa com o Registro de Preços para contratação de empresa especializada em serviços de locação de carro de som para propaganda volante e trio elétrico com a finalidade de atender as secretarias interessadas, de acordo com as condições e demais especificações contidas no Edital e seus Anexos.

1.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal a firmar as contratações que dele poderão advir nos termos do § 4º do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

2 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 As despesas estão asseguradas nas seguintes dotações orçamentárias:

Programa de trabalho: 18.122.001.2.124, Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99.00, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Pesca do Município de São Pedro da Aldeia.

Programa de trabalho: 10.301.061.2.174, Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99.00, da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Pedro da Aldeia.

Programa de trabalho: 20.122.001.2.252, Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99.00, da Secretaria Municipal de Agricultura Trabalho e Renda, do Município de São Pedro da Aldeia.

Programa de trabalho: 23.695.007.2.048, Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99.00, da Secretaria Municipal de Turismo do Município de São Pedro da Aldeia.

Programa de trabalho: 08.244.001.2.160, Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99.00, da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de São Pedro da Aldeia.

Programa de trabalho: 13.392.007.2.406, Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99.00, da Secretaria Municipal de Cultura do Município de São Pedro da Aldeia.

2.2 O valor global estimado é de R\$ 1.583.787,27 (um milhão quinhentos e oitenta e três mil setecentos e oitenta e sete reais e vinte e sete centavos.)

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar da licitação as pessoas físicas ou jurídicas com atividades específicas no ramo pertinente ao objeto licitado, cadastradas ou não pela Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura de São Pedro da Aldeia – RJ.

3.2 Não serão admitidas na licitação as empresas punidas, no âmbito da Administração Pública, com as sanções prescritas no art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como nos incisos III e IV do art. 87 da Lei n.º 8.666/93, não podendo participar ainda as que:

a) estiverem incursas na pena do inciso IV, do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;

b) apresentarem propostas com valor unitário e/ou global superior ao limite estabelecido e praticados no mercado ou com preços manifestamente inexequíveis, conforme (Art. 48, inciso II) da Lei 8666/93;

c) estejam sob falência decretada, concurso de credores, dissolução, liquidação;

d) forem estrangeiras e não satisfizerem a exigência estipulada no inciso V, do art. 28, da Lei Federal nº 8.666/93;

e) estejam incursas numa das hipóteses previstas nos incisos I, II e III do art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

f) estiverem reunidas em Consórcio e os concordatários, devido à natureza do objeto licitado e ao valor a ser contratado.

3.3 Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

3.3.1 Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

3.4 Não serão aceitas propostas que não atendam aos objetivos desta licitação, bem como aquelas que tenham preços excessivos, cujos valores ultrapassam o limite máximo do preço unitário e/ou global estabelecidos.

3.5 As Licitantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente Licitação e dos locais onde será executado os serviços, devendo verificar as condições atuais e saber das condições futuras previstas, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo da correta formulação da proposta ou do integral cumprimento do Contrato, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1 O Credenciamento é condição obrigatória para participação na fase de lances deste pregão.

4.2 As empresas participantes poderão ser representadas na sessão do pregão por seu representante legal ou por procurador munido do instrumento procuratório, público ou particular, outorgado pelo representante legal da empresa, com poderes expressos para o seu representante formular ofertas e lances de preços na sessão, manifestar a intenção de recorrer e de desistir dos recursos, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, devendo, em ambos os casos, ser tal documentação acompanhada de original ou cópia autenticada do Ato Constitutivo, e ainda da carteira de identidade do representante ou procurador.

4.3 A procuração referida no item 4.2 poderá ser substituída pela Carta de Credenciamento (Anexo III), a qual deverá ser apresentada juntamente com a carteira de identidade do credenciado.

4.4 Os documentos mencionados nos itens 4.2 e 4.3 deverão ser entregues ao Pregoeiro fora de qualquer envelope.

4.5 Os licitantes poderão apresentar até 03 (três) representantes e/ou procuradores, ressalvada ao pregoeiro a faculdade de limitar esse número a um para pronunciar-se em nome da empresa nas Sessões Públicas.

4.6 É vedado a um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório dos licitantes envolvidos.

4.7 Serão aceitas propostas encaminhadas por meros portadores que não estejam munidos dos documentos mencionados nos subitens 4.2 e 4.3. A ausência desta documentação implicará, de imediato, na impossibilidade da formulação de lances após a classificação preliminar, bem como na perda do direito de interpor eventual recurso das decisões do Pregoeiro, ficando o licitante impedido de se manifestar durante os trabalhos.

4.8 Serão aceitos envelopes de proposta e habilitação entregues através de remessa remota (correio ou congêneres) ou diretamente no departamento de Compras (**Rua Marques da Cruz, nº 61 – Centro – São Pedro da Aldeia – RJ.**) mediante preenchimento e assinatura de termo de recebimento. A correspondência deverá estar endereçada ao departamento de licitações e Compras.

4.8.1 Toda documentação passível de autenticação já deverá estar autenticada pelos meios competentes quando da inserção nos invólucros licitatórios.

4.8.2 Os envelopes deverão estar plenamente lacrados e rubricados em seu fecho e emendas.

4.8.3 Na forma do item 5.2 do EDITAL deverá ser entregue, juntamente com os envelopes de propostas de preço e habilitação, mas de forma avulsa, sem inseri-la em qualquer dos dois envelopes mencionados acima, a declaração que de cumpre plenamente os requisitos de habilitação (Anexo IV), nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520.2002, sob pena de desclassificação imediata, sendo resguardado o direito ao contraditório e ampla defesa.

4.8.4 Os envelopes já deverão estar à disposição e na posse da comissão de licitações no 1º (primeiro) dia útil anterior à realização do certame, do que se atribui responsabilidade ao licitante o rastreamento e certificação de entrega à comissão, não cabendo à comissão responsabilidade de rastreamento ou busca ou procura da documentação em comento.

4.8.5 A documentação constante dos envelopes deverá estar assinada quando cabível e rubricada em todas as páginas pelo sócio administrador da empresa, assim indicado no contrato social. Caso a documentação venha assinada por terceiros, deverá ser juntado instrumento de procuração conferindo-lhe poderes assinado pelo sócio administrador sob risco de invalidade de autoria.

4.8.6 Toda a documentação constante dos invólucros deverá estar numerada sequencialmente no seguinte formato: página “número” de “total”, onde “número” é a posição em que se encontra a página e “total” representa o total de páginas constantes do envelope.

4.8.7 Informamos ainda que quaisquer dúvidas podem ser sanadas através do e-mail: **compras@pmspa.rj.gov.br**.

5 - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 No local, data e hora fixados no preâmbulo, apresentarão os licitantes, quando solicitado pelo Pregoeiro, 02 (dois) envelopes opacos, indevassáveis e lacrados, designados, respectivamente, “A” e “B”, constando obrigatoriamente na parte externa de cada um deles as seguintes indicações:

Envelope A – Proposta de Preços

Pregão nº 015/2023

Processo nº 12931/2023

Nome completo e endereço do licitante

CNPJ:

Envelope B – Documentação de Habilitação

Pregão nº 015/2023

Processo nº 12931/2023

Nome completo e endereço do licitante

CNPJ:

5.2 O licitante deverá entregar, juntamente com os envelopes de proposta de preços e habilitação, mas de forma avulsa, sem inseri-la em qualquer dos dois envelopes mencionados acima, a declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (Anexo IV), nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520, de 17.07.2002, sob pena de desclassificação imediata, sendo resguardado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

5.3 A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida eletronicamente em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou por seu procurador, desde que seja comprovado poderes para tal investidura, sob pena de inabilitação.

5.4 A documentação poderá ser apresentada autenticada em cartório ou os originais acompanhados de suas respectivas cópias, que deverão ser apresentadas de forma legível, para que a autenticidade possa ser comprovada por Agente Administrativo, durante a Sessão Pública.

6 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “A” - PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

a) a proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou por seu procurador, desde que seja comprovado poderes para tal investidura;

b) nome, endereço, CNPJ;

c) número do Processo e/ou do Pregão;

d) descrição dos itens que compõem o objeto da presente licitação, bem como marca do produto / serviço, e em conformidade com as demais especificações do Anexo II deste Edital;

e) preço unitário e total de cada item em algarismos, em moeda corrente nacional, apurados à data do orçamento, sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;

f) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias.

6.2 Não será admitida, na proposta de preços, quantidade diversa da prevista no Anexo II deste Edital, sob pena de desclassificação do item.

6.3 O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável, dentro do prazo de validade da proposta.

7 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº 02- "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

7.1 O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

7.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) cópia de documento de identificação oficial dos sócios, com foto.

b) registro comercial, no caso de empresa individual.

c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais.

- d)** documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “c”, deste subitem.
- e)** ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- f)** decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

7.1.1.1 Os documentos relacionados nas alíneas do item 7.1.1 não precisarão constar do “envelope documentos de habilitação”, caso tenham sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

7.1.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a)** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b)** prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação. (Art. 29, II da Lei Federal 8666/93);
- c)** prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:
- c.1)** Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a à d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;
- c.2)** Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;
- c.2.1)** caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria

de Estado de Fazenda e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição municipal;

d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho por meio de Certidão Negativa de Débito Trabalhista ou por meio da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, quando verificada a existência de débitos garantidos por penhora suficiente, segundo o disposto no § 2º do art. 642-A, Título VII-A da CLT (alterada pela Lei Federal nº 12.440/11), e Certidão de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Art. 29, IV e V da Lei Federal 8666/93);

e) declaração formal do representante legal da licitante, de que a empresa cumpre a legislação, não praticando ilícitos trabalhistas em face de trabalhadores menores, em obediência a Lei nº 9.854/99, e proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de 18 (dezoito) anos, e de qualquer trabalho a menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

f) no caso de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123 de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 155 de 2016.

7.1.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

b) A LICITANTE DEVERÁ COMPROVAR experiência na realização em eventos, com apresentação de atestado (s) ou declaração (ões) de capacidade técnica fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado. Reunindo minimamente um quantitativo, onde

conste a locação do objeto pretendido e serviços constantes neste termo e que demonstrem o desempenho satisfatório da execução, de forma que comprove aptidão para o cumprimento do objeto; O atestado deverá ser fornecido preferencialmente em papel timbrado, contendo razão social, CNPJ, endereço e telefone da pessoa jurídica que emitiu o atestado/certidão, data de emissão e identificação do responsável pela emissão do atestado (nome, cargo e assinatura)..

c) A LICITANTE DEVERÁ DECLARAR, assinado pelo representante legal da licitante, de que dispõem de instalações, equipamentos (em boas condições, sem identificação de defeitos, má utilização, enferrujados, rasgados, mofados) e condições adequadas, considerados essenciais para a execução contratual, nas condições estabelecidas e prazos previstos.

d) Serão solicitados como requisitos/documentações para fim de licitação:

- d.1) 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, no mínimo, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- d.2) Indicação e qualificação de cada um dos membros da equipe de trabalho que se responsabilizará pelos e serviços.
- d.3) As empresas contratadas deverão apresentar: ART de profissional habilitado responsável pelas instalações elétricas e do sistema de geração de energia elétrica (geradores e componentes acessórios) e laudos técnicos necessários para realização de PPCI (Plano de Prevenção Contra Incêndio).

f) A administração poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, o licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 8.666/1993.

g) a (s) licitante (s) declarada (s) vencedora (s) deverá (ão) apresentar Cópia do CRV – Certificado de registro de Veículos do Trio Elétrico e Cópia do CRV – Certificado de registro de Veículos (carro de som), bem como documentação fotográfica ou em vídeo do trio elétrico, de maneira nítida e contemplando seus diversos equipamentos, que deverão ser próprios do veículo ora ofertado neste processo licitatório, sendo objeto de vistoria. A critério desta Administração, os equipamentos poderão ser substituídos por mais modernos ou eficazes, durante a vistoria, após aprovação.

7.1.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial e Demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei (fotocópias autenticadas extraídas do Livro Diário) e devidamente revestidos de todas as formalidades legais extrínsecas e intrínsecas e dos padrões contábeis geralmente aceitos, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, desde que sejam acompanhados da respectiva memória de cálculo da atualização;

b) serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

b.1) fotocópias autenticadas das Demonstrações Contábeis extraídas do Livro Diário com a devida numeração sequencial de páginas ou publicados em Diário Oficial ou jornal de grande circulação, conforme § 2º do art. 1.184 da Lei nº 10.406/02; art. 1.180 do mesmo diploma legal; art. 177, da Lei nº 6.404/76; Resolução CFC 563/83 (NBC T 2.1.4) e Resolução CFC 686/90 (NBC T 3.1.1);

b.2) prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (carimbo, etiqueta ou chancela da Junta Comercial), conforme art. 1.181 da Lei nº 10.406/02;

b.3) assinatura do Contador e do representante legal da entidade no Balanço Patrimonial e Demonstrações do Resultado do Exercício, conforme § 2º do art. 1.184 da Lei nº 10.406/02; §4º, art. 177, da Lei nº 6.404/76; Resolução CFC 563/83 (NBC T 2.1.4);

b.4) demonstrações de escrituração Contábil/Fiscal/Pessoal regular, conforme art. 1.179 da Lei nº 10.406/02; art. 177, da Lei nº 6.404/76; Resolução CFC 563/83 (NBC T 2.1.5);

b.5) boa situação financeira, baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) decorrentes de análise de Balanço. Todos os índices analisados deverão ser maiores ou iguais que 01 (um), através das seguintes fórmulas expressas:

$$\begin{aligned}
 \text{ILG} &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} &>= 1 \\
 \text{ILC} &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} &>= 1 \\
 \text{SG} &= \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} &>= 1
 \end{aligned}$$

b.6) Não será exigida a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social para habilitação de microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações municipais, disposto na Lei complementar nº.153 de 18 de outubro de 2018, parágrafo 5º.

b.7) Nos casos de aquisição com entrega imediata e locação de materiais, não será exigida de microempresas e empresas de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.

b.8) No caso de Microempreendedores Individuais, não será exigida a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social, em nenhuma fase do processo licitatório.

c) empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal deverão comprovar sua capacidade econômico-financeira, através do balanço de abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou Sped, com seus balancetes mensais, da data de sua abertura até o mês que imediatamente antecede ao do certame, assinado pelo contador da empresa e por seu representante legal, sob pena de inabilitação, conforme o disposto na Lei Federal nº 8.541/92;

d) para comprovação da legitimidade das Demonstrações Contábeis, conforme orientações básicas do Tribunal de Contas da União, estas devem constar das páginas correspondentes do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante (ou outro órgão equivalente), com os competentes Termos de Abertura e de Encerramento para complementar a instrução do processo, conforme §3º do art. 43, da Lei nº 8.666/1993. É facultado ainda à Comissão de Licitação a promoção de diligência ou a solicitação de quaisquer outros documentos considerados necessários para esclarecer ou complementar a instrução do processo;

e) as demonstrações contábeis apresentadas poderão ser submetidas à apreciação do Conselho Regional de Contabilidade;

f) caso os índices de análise de Balanço sejam insuficientes, a empresa poderá apresentar comprovante de capital Social integralizado de no mínimo 10% (dez por cento) do valor do objeto contratual.

g) Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da Pessoa Jurídica; ou Certidão Negativa de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da Pessoa Física; ou Certidão Negativa de Distribuição e Certidão Negativa de Insolvência, expedidas pelo distribuidor da sede da Sociedade Simples.

7.1.5 ANEXOS

- a) Anexo V - Declaração de Inexistência de Impedimento de Licitar ou Contratar com a Administração;
- b) Anexo VI - Análise Econômico-Financeira;
- c) Anexo VII - Declaração de que a empresa não possui menores de idade no seu quadro funcional;
- d) Anexo VIII - Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

8 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

8.1 No horário e local indicados no preâmbulo do presente edital, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

8.2 Após a entrega dos envelopes, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela comissão.

8.3 A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que apresentem oferta de vantagens não previstas neste Edital;
- c) as propostas que apresentem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, sendo assim considerados àqueles que não demonstrem viabilidade através de documentação, comprovando que os custos dos materiais ou dos serviços são coerentes com os de mercado ou com a execução do objeto do contrato, bem como aqueles que não atenderem o parágrafo terceiro do artigo 44 da Lei Federal 8.666/93;
- d) que apresentem preços unitários e/ou globais superiores àqueles contidos na Planilha de Composição de Preços, Anexo II deste edital;
- e) que não atendam as especificações contidas neste instrumento convocatório.

8.3.1 No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado. Havendo divergência entre o valor unitário e total, serão tomados como corretos os preços unitários, sendo estes considerados para apuração do valor da proposta.

8.3.2 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

8.4 As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances verbais e sucessivos, com observância dos seguintes critérios:

a) seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela (Art. 4º, inciso VIII, Lei nº 10.520/2002);

b) não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes;

8.4.1 Para efeito de seleção será considerado o preço unitário.

8.5 O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

8.5.1 A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

8.6 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

8.7 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances, exceto a de lance de menor valor.

8.8 Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas na ordem crescente dos valores, com indicação da proposta de menor preço unitário.

8.9 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

8.10 Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

8.10.1 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

8.11 Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

8.12 Constatado o atendimento os requisitos de habilitação previstos, o licitante terá a sua oferta considerada, observando-se o estabelecido no item VII deste edital.

8.13 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

8.14 Verificando-se no curso da análise o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.

8.15 Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do **MENOR PREÇO POR ITEM**, observados o prazo máximo de fornecimento, as especificações e parâmetros de qualidade definidos neste edital. Será vedada a aceitação de propostas, cujo(s) preço(s) unitário(s) do(s) item(ns) seja(m) superior(es) ao(s) estimado(s) na **PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS – ANEXO II** deste edital, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48, da lei 9.648 de 1998.

8.16. A licitante declarada vencedora deverá apresentar planilha de proposta de preços contendo memória de cálculo detalhada de todos os custos unitários, inclusive tributos, envolvidos na composição.

9 - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

9.1 Via de Regra, no caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei 8.666/93, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

9.2 No caso de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, entender-se-á como empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço ofertado por empresa que não seja ME ou EPP (§ 2º, art. 44, da Lei nº 123/06).

9.3 Ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor (Inc I, Art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006).

9.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate será realizado sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta (Inc III, Art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006).

10 - DOS RECURSOS, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 Declarado vencedor, o licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2 A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao vencedor;

10.3 Interposto o recurso, o Pregoeiro poderão reconsiderar a sua decisão e encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente;

10.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento;

10.5 O recurso terá efeito suspensivo apenas ao item em questão e o seu acolhimento importará apenas a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6 Os recursos poderão ser protocolados no **Protocolo Geral da Prefeitura**, localizado à Rua Marques da Cruz, nº 61, Centro, São Pedro da Aldeia, RJ, de segunda à sexta-feira, no horário das 09:00 às 16:30 horas, bem como através do e-mail: compras@pmspa.rj.gov.br, respeitando-se os prazos previstos no inciso 17, art. 11, do Decreto 3.555/2000.

11 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1 O contrato terá vigência de xxx (xxxx) xxxxx, a partir do recebimento da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 57 da Lei Federal 8.666/93.

12 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) do servidor responsável pelo recebimento, emitido pela Secretaria Municipal Contratante.

12.2. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

12.3. Executado o contrato, o objeto será recebido.

12.3.1. Em se tratando de serviços;

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

13 - DA CONTRATAÇÃO E DA FORMA DE PAGAMENTO

13.1 Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará à Secretaria gestora do contrato nota fiscal em 03 (três) vias, acompanhada da respectiva Ordem de Serviço.

13.2 O prazo de pagamento, não será superior a 30 (trinta) dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, e será feito mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada por dois servidores, sendo um deles necessariamente o fiscal do contrato.

13.3 As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo começará a ser contado a partir da data de reapresentação da nota fiscal, sem incorreções.

13.4 O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da CONTRATADA no Banco correspondente.

15.5. Sobre o valor faturado será retido na fonte o correspondente ao imposto sobre a renda, a contribuição social sobre o lucro líquido, a contribuição para a seguridade social-confins e a contribuição para PIS/PASEP, conforme art. 64, da Lei nº 9.430, de 27/12/96 e Instrução Normativa SRF nº 306, de 12/03/03, e Lei nº 9.718, de 27/11/98.

15.6. As empresas optantes pelo SIMPLES (Sistema integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas de Pequeno Porte), não sofrerão a retenção na fonte dos valores acima citados, conforme o dispositivo no inciso XI do art. 25 da Instrução Normativa nº 306, de 12/03/03, devendo apresentar, para fins de comprovação da condição de optante, cópia do termo de opção e a declaração de que trata o artigo 26 da IN/SRT nº 306, de 12/03/03, em duas vias, assinadas pelo representante legal

14 - DO CRITÉRIO DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA, A PENALIZAÇÃO POR EVENTUAL ATRASO E OS DESCONTOS PELA ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

14.1 O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, e desde que este atraso decorra de falha da Administração, o valor devido será acrescido de 0,1 % (um décimo por cento) a título de multa, além da incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia, da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal Contratante e a data do efetivo pagamento.

14.2 O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata die* entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal Contratante.

15 - DO REAJUSTE E REVISÃO

15.1 A revisão do contrato obedecerá aos critérios previstos pela Lei Federal nº 8.666/93, assegurando-se à contratada o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

15.2 O critério de reajuste obedecerá ao índice do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), ou outro oficial do governo, desde a data prevista para apresentação da proposta com periodicidade anual.

16 - DA RESCISÃO

16.1 O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 77 a 80 da lei Federal nº 8.666/93.

16.2 Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no artigo 79, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no artigo 80, incisos I a IV, parágrafo 1º a 4º, do mesmo instrumento legal.

17 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contrato as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa Administrativa, gradual conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, acumulável com as devidas sanções;

III – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.2 A critério da Administração Pública Municipal, as sanções previstas nos itens I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no item II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

17.3 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.4 A penalidade por multa será:

I - de 20% (vinte por cento) do valor corrigido do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;

II - de 10% (dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;

III - de 0,03% (três centésimos por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de início e conclusão das etapas previstas no cronograma, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação.

17.5 O valor da multa aplicada deverá ser recolhido à Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação, podendo o valor ser descontado na ocasião de seu pagamento, ao exclusivo critério da Administração e respeitando o prazo supracitado.

17.6 O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa municipal, para cobrança judicial.

18 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A **CONTRATANTE** se obriga a:

- a)** receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
- b)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- c)** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- d)** efetuar o pagamento no prazo previsto;
- e)** proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, de acordo com as cláusulas contratuais, determinações do Edital e seus Anexos, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93;
- f)** providenciar os pagamentos das notas fiscais devidamente atestadas, nos prazos fixados;
- g)** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- h)** exercer o acompanhamento e a fiscalização dos produtos, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano,

bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos a autoridade competente, para providências cabíveis;

i) notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, fixando prazo para a sua correção;

j) pagar à Contratada o valor ajustado na forma do contrato;

k) zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

l) aplicar, conforme o caso, as penalidades administrativas previstas pela Lei 8.666/93;

m) a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

n) cumprir com as demais obrigações constantes no Termo de Referência.

II – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a:

a) manter durante o período de execução do fornecimento contratado as condições de regularidade junto ao INSS, FGTS, e a Fazenda Federal, Fazenda Estadual, e Fazenda Municipal, apresentando os respectivos comprovantes, inclusive GFIP com informações do tomador de serviço, GPS e GRF mensais conforme disposto na IN RFB nº 971/09, bem como as condições de qualificação exigidas na licitação;

b) aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões até o limite fixado no parágrafo 1º, do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

c) responsabilizar-se, em qualquer caso, por danos e prejuízos de qualquer natureza causados por seus empregados ao MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA/RJ, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, respondendo por si e seus eventuais subcontratados, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade, à fiscalização ou acompanhamento da CONTRATANTE, de acordo com os artigos 12, 13, 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990).

- d)** submeter-se à Fiscalização da CONTRATANTE para fiel consecução do objeto deste contrato;
- e)** executar o objeto contratado, conforme as condições impostas pela CONTRATANTE;
- f)** efetuar o serviço, conforme especificações, prazo e local, constantes neste edital e no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- g)** comunicar a Contratante, até 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- h)** não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência.
- i)** responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- j)** designar preposto para assistir o fiscal do contrato.
- k)** responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- l)** instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- m)** relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- n)** cumprir com as demais obrigações constantes no Termo de Referência.

19 - DA FISCALIZAÇÃO

19.1 O objeto da contratação será acompanhado pela CONTRATANTE por intermédio de fiscal do contrato, formalmente designado para esse fim, que disporá da autoridade necessária para determinar a adoção das medidas necessárias à regularização de faltas ou defeitos constatados.

19.2 Ao fiscal do contrato ficam ainda reservados o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no presente, e, em tudo o mais referente ao fiel cumprimento do objeto contratado, desde que não acarrete ônus ao MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA ou modificação do objeto contratado.

19.3 A Contratada se submeterá a todos os métodos de inspeção, verificação e controle que vierem a ser adotados, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações que se fizerem necessários, com vista ao fiel cumprimento do objeto contratado.

19.4 A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada em relação ao MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA e a terceiros.

20 - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

20.1 Aplica-se ao edital e aos demais casos omissos, as disposições previstas pela Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar 123 de 14 de dezembro 2006 e pela Lei nº 10.520/02, bem como as demais legislações pertinentes.

21 - DO PRAZO DA ASSINATURA DO CONTRATO

21.1 O prazo da assinatura do contrato será de 05 (cinco) dias úteis a partir da data de emissão da Nota de Empenho, conforme previsto no art. 64 da Lei Federal 8.666/93.

22 - DO PRAZO PARA INÍCIO DO SERVIÇO

22.1. O prazo para a entrega do objeto será em até 7 (sete) dias, a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento e Serviços.

23 - DO REGISTRO DE PREÇOS

23.1. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:

23.1.1. O Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar a data da publicação da Ata de Registro de Preços, podendo a critério da Administração, serem celebrados tantos contratos quanto necessários, dentro do limite legal.

23.1.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

23.1.3. O presente instrumento convocatório informa que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

23.1.4. O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, no módulo Intenção de Registro de Preços - IRP do sistema Comprasnet.

23.2. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR:

23.2.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

23.2.2. Não retirar a respectiva Nota de Empenho, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

23.2.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

23.2.4. Estiverem presentes, razões de interesse público;

23.3. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

23.3.1. Após a homologação do resultado da licitação e adjudicação do objeto pelo Secretário Municipal de Administração, será efetuado o Registro de Preços, mediante lavratura da Ata de Registro de Preços, a ser firmada entre as concorrentes vencedoras e a Secretaria Municipal de Administração, na condição de Órgão Gerenciador.

23.3.2. A Adjudicatária será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços.

23.3.3. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por igual período, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e mediante motivo justificado e aceito pela Administração.

23.3.4. Na hipótese de não atendimento à convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ou havendo recusa em fazê-lo, fica facultado à Secretaria Municipal de Administração, desde que haja conveniência, proceder a adjudicação à licitante que obtiver a melhor classificação, em ordem crescente, nas mesmas condições do 1º colocado.

23.3.5. O Edital e proposta da contratada, farão parte integrante da Ata de Registro de Preços a ser lavrada, independente da transcrição.

23.3.6. A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será encerrada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência ou pela contratação da totalidade do objeto nela registrado.

24 - DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO

24.1 O prazo de execução do contrato será de xx (xxx) xxxxx, a partir do recebimento da Ordem de Início dos Serviços.

25 - DA FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

25.1. De forma parcelada, os pedidos serão executados mediante solicitação formal da CONTRATANTE e deverão ser entregues no endereço solicitado, no prazo de até 07 (sete) dias a partir da ordem de execução do serviço.

26 - DO FORO

26.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de São Pedro da Aldeia – RJ.

27 – INTEGRAM O PRESENTE EDITAL OS RESPECTIVOS ANEXOS:

| | |
|-------------------|--|
| Anexo I | Termo de Referência |
| Anexo II | Planilha de Composição de Preços |
| Anexo III | Planilha de proposta de preços/planilha de custos e formação de preços (para a vencedora) |
| Anexo IV | Carta de Credenciamento |
| Anexo V | Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação |
| Anexo VI | Declaração de Inexistência de Impedimento de Licitar ou Contratar com a Administração |
| Anexo VII | Análise Econômico-Financeira |
| Anexo VIII | Declaração de que a empresa não possui menores de idade no seu quadro funcional |
| Anexo IX | Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte |
| Anexo X | Minuta do Contato |
| Anexo XI | Minuta da Ata de Registro de Preços |
| Anexo XII | Cronograma Mensal de Desembolso |

28 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

28.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

28.2 Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes, as recusas ou impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

28.3 Todos os documentos de habilitação e propostas, cujos envelopes forem abertos na sessão, serão rubricados pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos licitantes presentes, bem como os envelopes lacrados que, por imposição do trâmite licitatório, vierem a permanecer sob a guarda da Comissão.

28.4 Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, conforme art. 12 do decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000.

28.4.1 Os pedidos de esclarecimentos que se fizerem necessários poderão ser dirigidos diretamente ao Departamento de Licitações e Compras, situada a Rua Marques da Cruz, nº 61, Centro, São Pedro da Aldeia – RJ, de segunda à sexta-feira, no horário das 09:00 às 16:30 horas, no telefone (22) 2621-7098, ou do e-mail compras@pmspa.rj.gov.br.

28.4.2 Os pedidos de impugnação poderão ser registrados no **Protocolo Geral da Prefeitura**, localizado à Rua Marques da Cruz, nº 61, Centro, São Pedro da Aldeia, RJ, de segunda à sexta-feira, no horário das 09:00 às 16:30 horas, ou através do e-mail compras@pmspa.rj.gov.br.

28.5 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição apresentada, no prazo de 24h (vinte e quatro) horas.

28.6 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

28.7 É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta (art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/1993).

28.8 Fica assegurado à Autoridade Competente o direito de, no interesse da Administração Pública, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando a devida ciência aos participantes na forma da legislação em vigor.

28.9 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

28.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á do vencimento, iniciando-se e vencendo em dias de expediente;

28.11 O Edital e seus anexos, inclusive o Projeto Básico/Termo de Referência, poderão ser examinados e adquiridos no Departamento de Licitações e Compras – (DELIC) na sede da Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia, situada a Rua Marques da Cruz nº 61, Centro, São Pedro da Aldeia - RJ, no horário das 09:00 às 16:30 horas.

28.12 Quaisquer dúvidas relativas à presente licitação serão dirimidas pelo Pregoeiro na Sala da Comissão Permanente de Licitações na Rua Marques da Cruz, nº 61 – Centro – São Pedro da Aldeia – RJ, no horário das 09:00 às 16:30 horas, podendo os interessados solicitar informações ou retirar dúvidas mediante telefone nº (22) 2621-7098 e e-mail: compras@pmspa.rj.gov.br.

São Pedro da Aldeia, 28 de dezembro de 2024

Ricardo de Lima Costa Legora
Elaborador

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

ANEXO III

**PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS (para a vencedora)**

(Papel timbrado da Empresa)

(Modelo)

PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS (para a vencedora)

| | | |
|-------------------------------------|---|--------|
| I – CUSTOS DIRETOS | 1.1 CUSTO DO SERVIÇO | XXXXXX |
| | 1.2 OUTROS CUSTOS DIRETOS (ESPECIFICAR) | XXXXXX |
| | SUBTOTAL | XXXXXX |
| II – DESPESAS INDIRETAS | 2.1 DESPESAS COMERCIAIS | XXXXXX |
| | 2.2 DESPESAS ADMINISTRATIVAS | XXXXXX |
| | 2.3 DESPESAS FINANCEIRAS | XXXXXX |
| | 2.4 OUTRAS DESPESAS (ESPECIFICAR) | XXXXXX |
| | SUBTOTAL | XXXXXX |
| III – MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO | LUCRO | XXXXXX |
| | TOTAIS DOS ITENS (I + II + III) | XXXXXX |
| IV - TRIBUTOS | TRIBUTOS | |
| | TOTAL DOS ITENS IV | XXXXXX |
| | TOTAL DOS ITENS (I + II + III+ IV) | XXXXXX |

ANEXO IV

(Papel timbrado da Empresa)
(Modelo)

CARTA DE CREDENCIAMENTO

A Empresa....., sediada à Rua (Av., Al., etc.), cidade....., estado....., inscrita no CNPJ sob nº, por seu diretor (sócio gerente, proprietário), através da presente credenciamento, constitui, para os fins de representação perante aos procedimentos do Pregão Presencial Nº 15/2023, realizado pelo Município de São Pedro da Aldeia, RJ, o(a) Sr. (a), portador(a) da cédula de identidade (ou outro tipo de documento de identificação) RG nº, com amplos poderes de decisão, podendo, para tanto, prestar esclarecimentos, dar lances de preços, assinar atas, interpor e renunciar a recursos, receber notificações e intimações,... (demais poderes considerados necessários) em nome desta empresa defender seus direitos.

Localidade, em..... dede 20xx.

**Assinatura do representante legal e o
carimbo do CNPJ da empresa**

OBSERVAÇÕES:

- a) Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa licitante e assinado por seu **representante legal**, e apresentado ao pregoeiro fora de qualquer envelope;
- b) Este documento de credenciamento poderá ser substituído por Procuração, na forma do item 4.2 do Instrumento Convocatório.
- c) Em qualquer dos casos (este Anexo ou Procuração) deverá ser juntado documento que comprove o poder de delegação do outorgante.

ANEXO V

(Papel timbrado da Empresa)
(Modelo)

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

AO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA
Rua Marques da Cruz – nº 61 – Centro - São Pedro da Aldeia – RJ.

Ref. ao Pregão Presencial Nº 015/2023

DECLARAMOS ter conhecimento do Edital do Pregão Presencial Nº 015/2023 que atendemos plenamente todos os requisitos e condições de habilitação desta licitação, não havendo nada que nos desabone.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos,

Local e data

Carimbo da Empresa
Assinatura do Representante Legal

ANEXO VI

(Papel timbrado da Empresa)
(Modelo)

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR
OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO**

Ref. ao Pregão Presencial Nº 015/2023

A firma / Empresa _____, Sediada na rua
_____, nº _____, _____ (cidade)
(estado), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J) sob nº _____ por
seu representante legal (Diretor gerente, Proprietário, etc.) DECLARA, sob as penas da lei,
que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a
Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, _____ de _____ de _____

Assinatura do representante legal

ANEXO VII

(Papel timbrado da Empresa)
(Modelo)

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Ref. ao Pregão Presencial Nº 015/2023

A situação financeira das licitantes será aferida por meio dos índices de: liquidez corrente - ILC, de liquidez geral - ILG e solvência geral - SG.

ILC= $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

ILG= $\frac{\text{Ativo Circulante (+) Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante (+) Exigível a Longo Prazo}}$

SG= $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante (+) Exigível a Longo Prazo}}$

Os índices calculados, obrigatoriamente, acompanharão as demonstrações contábeis, sendo consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

| | |
|-----------------------------|--------------------------------|
| Índice de Liquidez corrente | Índice igual ou maior que 1,00 |
| Índice de Liquidez geral | índice igual ou maior que 1,00 |
| Solvência geral | índice igual ou maior que 1,00 |

ANEXO VIII

(Papel timbrado da Empresa)
(Modelo)

**DECLARAÇÃO DE QUE A EMPRESA NÃO POSSUI
MENORES DE IDADE NO SEU QUADRO FUNCIONAL**

Ref. ao Pregão Presencial Nº 015/2023

O (A) empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada na _____, DECLARA que não possui no seu quadro de funcionários, trabalhador menor de 18 (dezoito) anos atuando em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos atuando em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em cumprimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, conforme determina o artigo 27, inciso V, da Lei nº 8.666/93.

(Local e Data)

(Assinatura e Carimbo do Declarante)

ANEXO IX

(Papel timbrado da Empresa)
(Modelo)

**DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Ref.: Pregão Presencial Nº 015/2023

.....
inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

(Local e Data)

(Representante Legal)

ANEXO X

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO Nº 12931/2023
CONTRATO Nº xxxx/20xx
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xxxx/20xx

Por este Termo de Contrato, de um lado o **MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA**, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador da carteira de identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx e CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante simplesmente denominado como **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede social à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, no município de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, tem como representante legal o Senhor(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador da carteira de identidade nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e do CPF nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante simplesmente designada como **CONTRATADA**, têm entre si, justo e contratado o que se segue, que mutuamente aceitem e se obrigam a cumprir mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: A **CONTRATADA**, vencedora da licitação do tipo menor preço por item, pelo Sistema de Registro de Preços, referente ao PREGÃO PRESENCIAL nº 015/2023, obriga-se xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, de acordo com as condições e demais especificações contidas no Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO: O valor deste contrato é de R\$ xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), conforme proposta vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO: Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará a secretaria contratante dos produtos, a respectiva nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, em 03 vias, acompanhada da respectiva Ordem de Fornecimento e Serviços.

Parágrafo Primeiro - O prazo de pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, será feito mediante a apresentação de nota fiscal, devidamente atestada por dois servidores, sendo um deles necessariamente o fiscal do contrato.

Parágrafo Segundo - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem incorreções.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO: Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) do servidor responsável pelo recebimento, emitido pela Secretaria Municipal Contratante.

Parágrafo Primeiro - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

- a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;
- c) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- d) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

Parágrafo Segundo - O recebimento do objeto dar-se-á:

I - Em se tratando de serviços;

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento e Serviços, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 57 da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

Parágrafo Primeiro - O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no artigo 79, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no artigo 80, incisos I a IV, parágrafo 1º a 4º, da Lei citada.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: Pela inexecução total ou parcial do objeto a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contrato as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa Administrativa, gradual conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, acumulável com as devidas sanções;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Primeiro - A critério da Administração Pública Municipal, as sanções previstas nos itens I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no item II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Segundo - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Parágrafo Terceiro - A penalidade por multa será:

- a) de 20% (vinte por cento) do valor corrigido do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;
- b) de 10% (dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;

c) de 0,03% (três centésimos por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de início e conclusão das etapas previstas no cronograma, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação.

Parágrafo Quarto - O valor da multa aplicada deverá ser recolhido à Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação, podendo o valor ser descontado na ocasião de seu pagamento, ao exclusivo critério da Administração e respeitando o prazo supracitado.

Parágrafo Quinto - O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa municipal, para cobrança judicial.

Parágrafo Sexto - A licitante comete infração administrativa nos seguintes casos:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços
- b) não entregar a documentação exigida no certame
- c) apresentar documentação falsa
- d) causar o atraso na execução do objeto
- e) não manter a proposta
- f) falhar na execução do contrato
- g) fraudar a execução do contrato
- h) comportar-se de modo inidôneo
- i) declarar informações falsas
- j) cometer fraude fiscal

Parágrafo Sétimo - As infrações do parágrafo acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

- b)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- c)** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- d)** efetuar o pagamento no prazo previsto;
- e)** proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, de acordo com as cláusulas contratuais, determinações do Edital e seus Anexos, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93;
- f)** providenciar os pagamentos das notas fiscais devidamente atestadas, nos prazos fixados;
- g)** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- h)** exercer o acompanhamento e a fiscalização dos produtos, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos a autoridade competente, para providências cabíveis;
- i)** notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento dos produtos, fixando prazo para a sua correção;
- j)** pagar à Contratada o valor ajustado na forma do contrato;
- k)** zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- l)** aplicar, conforme o caso, as penalidades administrativas previstas pela Lei 8.666/93;
- m)** a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- n)** cumprir com as demais obrigações constantes no Termo de Referência.

II – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a)** manter durante o período de execução do fornecimento contratado as condições de regularidade junto ao INSS, FGTS, e a Fazenda Federal, Fazenda Estadual, e Fazenda Municipal, apresentando os respectivos comprovantes, inclusive GFIP com informações do

tomador de serviço, GPS e GRF mensais conforme disposto na IN RFB nº 971/09, bem como as condições de qualificação exigidas na licitação;

b) aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões até o limite fixado no parágrafo 1º, do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

c) responsabilizar-se, em qualquer caso, por danos e prejuízos de qualquer natureza causados por seus empregados ao MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA/RJ, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, respondendo por si e seus eventuais subcontratados, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade, à fiscalização ou acompanhamento da CONTRATANTE, de acordo com os artigos 12, 13, 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990).

d) submeter-se à Fiscalização da CONTRATANTE para fiel consecução do objeto deste contrato;

e) executar o objeto contratado, conforme as condições impostas pela CONTRATANTE;

f) efetuar o serviço, conforme especificações, prazo e local, constantes neste edital e no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.

g) comunicar a Contratante, até 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

h) não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência.

i) responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

j) designar preposto para assistir o fiscal do contrato.

k) responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

l) instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

m) relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

n) cumprir com as demais obrigações constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO: O objeto da licitação será acompanhado pelo MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA e fiscalizado por servidor formalmente designado pela Secretaria Municipal Contratante, conforme o caso, que determinará o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos.

Parágrafo Primeiro - À fiscalização ficam reservados o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no presente, e, em tudo o mais referente à aquisição dos produtos, desde que não acarrete ônus ao MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA ou modificação do Termo.

Parágrafo Segundo - A Contratada submeterá a todos os métodos de inspeção, verificação e controle adotado obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias para execução da entrega.

Parágrafo Terceiro - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada em relação ao MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA e a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO: O prazo para a início do serviço, no endereço solicitado, será em até 07 (sete) dias, a partir do recebimento da solicitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PRAZO PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO O prazo de execução do contrato será de xxx (xxxxxx), a partir do recebimento da Ordem de Início dos Serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FORMA DE FORNECIMENTO: De forma parcelada, os pedidos serão executados mediante solicitação formal da CONTRATANTE e deverão ser entregues no endereço solicitado, no prazo de até 07 (sete) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO: O regime de execução deste contrato é de empreitada por preço unitário, pelo critério de julgamento do tipo menor preço por item.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Aplica-se a este contrato e aos demais casos omissos, as disposições previstas pela Lei Federal nº 8.666/93, Lei

Complementar nº 123/2006, Lei nº 10.520/02, e o Decreto nº 7.892/2013, bem como as demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO: Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de São Pedro da Aldeia/RJ.

Por estarem assim justos e contratados, fizeram as partes este instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e um só efeito, que vão assinados na presença de testemunhas a tudo presente.

São Pedro da Aldeia, _____ de _____ de 20xx.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____

ANEXO XI
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2023
PROCESSO Nº 12931/2023

O **MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA**, com sede na Rua Marques da Cruz nº 61, Centro, São Pedro da Aldeia/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.909.604/0001-74, neste ato representada pelo Secretário xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro, portador da carteira de identidade nº xxxxxxxxxxxx, expedida pelo xxxxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxxxxxx, nomeado pela Portaria nº xxxxxx, de xx de xxxxxx de xxxxxx, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4º do Decreto Municipal nº 27, de 14 de março de 2013, publicado no Informativo São Pedro da Aldeia nº 400, de 02 de Abril de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito do Poder Executivo do Município, considerando a homologação, em xx de xxxxxxxx de xxxxxxxx, da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 015/2023, para **REGISTRO DE PREÇOS**, vinculado ao Processo Administrativo nº 12931/2024, resolve registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, doravante denominada(s) **FORNECEDOR(ES)**, de acordo com a classificação alcançada e na quantidade cotada, em atendimento às condições estabelecidas no edital de licitação e seus anexos, sujeitando-se às normas constantes da Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis à espécie, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO

1.1. Seleção da proposta mais vantajosa com o Registro de Preços para contratação de empresa especializada em serviços de locação de carro de som para propaganda volante e trio elétrico com a finalidade de atender as secretarias interessadas, de acordo com as condições e demais especificações contidas no Edital e seus Anexos.

2. DO FORNECEDOR REGISTRADO

2.1. A partir desta data, observada a ordem de classificação, fica registrado o preço do fornecedor, a seguir relacionado, objetivando o eventual fornecimento de xxxxxxxxxxxx.

Empresa: xxxxxxxxxxxx, CNPJ: xxxxxxxxxxxx, com sede à xxxxxxxxxxxx, CEP: xxxxxxxxxxxx, telefone: xxxxxxxxxxxx, representada por xxxxxxxxxxxx, carteira de identidade nº xxxxxxxxxxxx, CPF nº xxxxxxxxxxxx, e-mail: xxxxxxxxxxxx.

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. Os preços registrados, as especificações, as quantidades e as demais condições propostas são as que se seguem:

(Nome da Empresa)

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | UNIDADE | QUANTIDADE | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|------|---------------|-------|---------|------------|----------------|-------------|
| | | | | | | |
| | | | | | | |

3.2- Os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceito cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado.

(CADASTRO RESERVA)

(Nome da Empresa)

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | UNIDADE | QUANTIDADE | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|------|---------------|-------|---------|------------|----------------|-------------|
| | | | | | | |
| | | | | | | |

3.1 - Por se tratar de Registro de Preços, o quantitativo mínimo previsto para demanda por esta administração, poderá ser de até 1 unidade registrada do quantitativo

4. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação, não podendo ser prorrogada.

4.2. Durante o prazo de validade da Ata, não haverá, por parte da Prefeitura, a obrigação de firmar contratações que dela possa advir, sendo facultada a opção de realização de novo certame licitatório específico para a aquisição do serviço pretendido.

4.3. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93, a Prefeitura poderá, se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e realizar outro processo licitatório.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. A Secretaria Municipal de Administração, na condição de Órgão Gerenciador do Registro de Preços, adotará a prática de todos os atos necessários ao controle da presente Ata.

6. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão da Administração Direta e Indireta da Prefeitura, na condição de Órgãos Participantes, bem como por outras entidades, desde que autorizadas formalmente pelo Órgão Gerenciador, até o limite autorizado na legislação pertinente.

6.2. As aquisições ou as contratações adicionais de que trata esta Ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

7. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. A qualquer tempo, os preços registrados poderão ser revistos, em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, o Órgão Gerenciador poderá convocar os fornecedores e negociar um novo valor.

7.2. Caso o fornecedor registrado se recuse a baixar os preços registrados, o Órgão Gerenciador poderá cancelar o registro ou convocar os demais fornecedores registrados para novas propostas, gerando novo julgamento e adjudicação para esse fim.

7.3. Durante a validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas aplicáveis à espécie.

8. DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A publicação resumida desta Ata de registro de Preços, é condição indispensável para a sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o 5º (quinto) dia útil ao de sua assinatura.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O Órgão Gerenciador poderá, desde que seja conveniente aos interesses administrativos, cancelar a Ata de Registro de Preços, tendo o licitante o direito de contraditório e ampla defesa.

9.2. O cancelamento parcial ou total de itens registrados far-se-á sempre a critério do Órgão Gerenciador.

10. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

10.1 Do Município de São Pedro da Aldeia:

10.1.1. Tomar providências para o fiel cumprimento das cláusulas desta Ata de Registro de Preços.

10.1.2. Fiscalizar o cumprimento desta Ata.

10.1.3. Providenciar, junto à Seção de Finanças, o pagamento das notas fiscais certificadas, desde que estejam em conformidade com as cláusulas desta Ata.

10.1.4. Cumprir as demais obrigações previstas pelo Edital e nos futuros contratos.

10.2 Da Empresa:

10.2.1 manter durante o período de execução do fornecimento contratado as condições de regularidade junto ao INSS, FGTS, e a Fazenda Federal, Fazenda Estadual, e Fazenda Municipal, apresentando os respectivos comprovantes, inclusive GFIP com informações do tomador de serviço, GPS e GRF mensais conforme disposto na IN RFB nº 971/09, bem como as condições de qualificação exigidas na licitação;

10.2.2 aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões até o limite fixado no parágrafo 1º, do artigo 65 da Lei nº 8.666/93;

10.2.3 responsabilizar-se, em qualquer caso, por danos e prejuízos de qualquer natureza causados por seus empregados ao MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA/RJ, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, respondendo por si e seus eventuais subcontratados, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade, à fiscalização ou acompanhamento da CONTRATANTE, de acordo com os artigos 12, 13, 17 e 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990).

10.2.4 submeter-se à Fiscalização da CONTRATANTE para fiel consecução do objeto deste contrato;

10.2.5 executar o objeto contratado, conforme as condições impostas pela CONTRATANTE;

10.2.6 efetuar o serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local, constantes neste edital e no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal.

10.2.7 comunicar a Contratante, até 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.2.8 não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência.

10.2.9 responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10.2.10 designar preposto para assistir o fiscal do contrato.

10.2.11 responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;

10.2.12 instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;

10.2.13 relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.2.14 cumprir com as demais obrigações constantes no Termo de Referência.

11. PENALIDADES

11.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contrato as seguintes sanções:

11.1.1. Advertência;

11.1.2. Multa Administrativa, gradual conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, acumulável com as devidas sanções;

11.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

11.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

11.1.5. A critério da Administração Pública Municipal, as sanções previstas nos itens, 11.1.1, 11.1.3 e 11.1.4 poderão ser aplicadas juntamente com a prevista no item 11.1.2, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

11.2. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.3. A penalidade por multa será:

I - de 20% (vinte por cento) do valor corrigido do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;

II - de 10% (dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;

III - de 0,03% (três centésimos por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de início e conclusão das etapas previstas no cronograma, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação.

11.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido à Prefeitura Municipal de São Pedro da Aldeia no prazo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação, podendo o valor ser descontado na ocasião de seu pagamento, ao exclusivo critério da Administração e respeitando o prazo supracitado.

11.5. O não recolhimento da multa no prazo assinado implicará a sua inscrição na dívida ativa municipal, para cobrança judicial.

11.6. A licitante comete infração administrativa nos seguintes casos:

11.6.1 - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços

11.6.2 - não entregar a documentação exigida no certame

11.6.3 - apresentar documentação falsa

11.6.4 - causar o atraso na execução do objeto

11.6.5 - não manter a proposta

11.6.6 - falhar na execução do contrato

11.6.7 - fraudar a execução do contrato

11.6.8 - comportar-se de modo inidôneo

11.6.9 - declarar informações falsas

11.6.10 - cometer fraude fiscal

11.7. As infrações do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

12. FORMA DE ENTREGA DO OBJETO

12.1. De forma parcelada, os pedidos serão executados mediante solicitação formal da CONTRATANTE e deverão ser entregues no endereço solicitado, no prazo de até 07 (sete) dias.

13. PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

13.1. O prazo para a execução do serviço, no endereço solicitado, será em até 07 (sete) dias, a partir do recebimento da solicitação.

14. RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO

14.1. Ficará como responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato o servidor xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, matrícula nº xxxxxxxxxxxx.

15. CONDIÇÕES E PRAZOS DE RECEBIMENTO

15.1. Em se tratando de serviços;

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

16. FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

16.1. O objeto da licitação será acompanhado pelo MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA ALDEIA e fiscalizado por servidor formalmente designado pela Secretaria Solicitante, conforme o caso, que determinará o que for necessário à regularização de faltas ou

defeitos, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e, na sua falta ou impedimento, ao seu substituto.

16.2 As aquisições ou as contratações adicionais de que trata esta Ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

17. DO FUNDAMENTO LEGAL

17.1. Esta Ata de Registro de Preços segue os termos da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002 e os Decretos nº 7.892/2013 e suas respectivas alterações.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Pedro da Aldeia/RJ, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços.

E por assim, por estarem justos e contratados, assinam a presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, para todos os fins de direito previstos, na presença de duas testemunhas, os abaixo identificados.

São Pedro da Aldeia, xx de xxxxxxxxxxxxxx de 20xx

Nome do (a) Secretário (a)
Secretaria
Órgão Gerenciador

Fornecedor

TESTEMUNHAS:

1ª: _____

2ª: _____

ANEXO XII

CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO

TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12.931/2023

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Trata-se de processo licitatório para futura e eventual contratação de empresa habilitada na prestação de serviços de locação de carro de som para propaganda volante e trio elétrico, pelo sistema de Registro de Preços, que tem como finalidade atender as Secretarias Municipais de São Pedro da Aldeia, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 meses, podendo ser formalizado termo de contrato, caso a entrega seja realizada de forma parcelada.

1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação enquadra-se com serviços com especificações usuais de mercado, ou seja, rotineiramente utilizadas para a sua caracterização, na medida em que os fornecedores estão acostumados a tratar, não sendo, portanto, algo incomum.

2.2. Considerando, que as Secretarias Municipais do Município, necessitam frequentemente de serviços de locação de carro de som para propaganda volante e trio elétrico essenciais para realização de eventos, atividades festivas, campanhas e demais eventos em que o uso seja necessário.

2.3. A adoção do Sistema de Registro de preços decorre da necessidade de contratações frequentes e eventuais, por se tratar de datas sazonais e ainda objetiva a imobilização desnecessária de recursos e o seu conseqüente desperdício. Permite assim que a Administração realize as suas contratações com racionalidade e de forma parcial, com o objetivo respaldado no contido dos incisos I e III do art.3º do Decreto Federal nº 7.892/2013, e Decretos Municipais nº. 27/2013.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A Ata de Registro de preços poderá ser usada por todos órgãos da administração pública municipal, desde que autorizado expressamente pelo órgão gerenciador, observando o disposto no decreto que Regulamenta o Registro de Preços.

3.2. Para a prestação de serviço em tela será formalizada em Contrato Administrativo, estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, empresa considerada vencedora.

3.3. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços o prazo de vigência do contrato será estabelecido no momento de solicitação de contratação da empresa vencedora do certame.

3.4. O material a ser adquirido enquadra-se como serviços de engenharia comuns, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão Presencial.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Na presente contratação, serão válidos os critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto.

4.2. Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Condições de Entrega

4.3.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

I - A Contratada deverá executar o serviço utilizando-se dos materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios necessários e profissionais capacitados para a execução perfeita dos serviços, de modo a assegurar a qualidade dos veículos e equipamentos, conforme especificados no termo de referência.

II – A Contratada deve executar a produção de acordo com a necessidade e solicitação das secretarias.

III – A Contratada deve garantir a qualidade dos veículos locados, incluindo todas as despesas com transportes e instalações.

IV – O prazo para prestação do serviço deverá ser de 7(sete) dias após o recebimento da Ordem de do Início do Serviço emitida pela Contratante e da programação das Secretarias que aderirem à Ata de Registro de Preços.

V - A contagem da diária se dará a partir da utilização do veículo na data contratada.

VI – Os objetos licitados necessitam estar acompanhados de técnicos habilitados para acompanhamento e execução das atividades. No que tange o Trio Elétrico e carro de som, além disso, a empresa contratada deverá fornecer motorista com carteira correspondente aos veículos e abastecimentos, com combustíveis suficientes para execução da atividade.

4. 3.2. Por se tratar de registro de preços, o quantitativo mínimo previsto para demanda por esta administração, poderá ser de até 1 (uma) unidade do quantitativo registrado.

4.3.3. Os serviços deverão ser realizados nos endereços indicados pela secretaria solicitante, incluindo sábados, domingos e feriados, de acordo com horários e locais especificados pela Entidade Requisitante, nos endereços relacionados e data a serem definidas.

4.3.4. O custo referente a locomoção dos veículos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.3.5. Caso o(s) veículo(s) não corresponda(m) ao exigido, a contratada deverá providenciar, no prazo máximo de 01 (uma) hora corrida a sua substituição visando ao atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no edital, Lei nº 8.666/1993.

4.3.6. Só serão recebidos veículos que estejam de acordo com todas as especificações do presente termo.

4.3.7. A presente contratação não gerará nenhum vínculo empregatício entre o Município perante ao fornecedor, sendo de sua responsabilidade o transporte, descarregamento, deslocamento, estadia, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, taxas, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação.

4.4. O material a ser veiculado será encaminhado pelas secretarias demandantes por meio de o texto contendo as informações necessárias, a gravação do áudio será de responsabilidade da CONTRATADA, devendo o áudio ser gravado em estúdio com qualidade acústica compatível para divulgação em vias públicas;

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. Na formalização de contrato, proveniente da Ata de Registro de Preços, o mesmo deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 8.666, de 1993, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

6.1. Recebimento do Objeto

6.1.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.1.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.1.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.1.4. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.1.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1.1. O fornecedor deverá ser selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, com adoção do critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, pelo Sistema de Registro de Preços.

7.1.2 A modalidade licitatória será o PREGÃO PRESENCIAL visando imprimir maior celeridade à contratação de bens e serviços comuns sem prejuízo a competitividade. Salientamos que a referida modalidade possibilitará pedidos de esclarecimentos imediatos durante a sessão, promoção de diligências a fim de esclarecer ou complementar o procedimento licitatório, a verificação imediata das condições de habilitação e execução das propostas, análise imediata das manifestações recursais, além de fomentar a economia local e promover a agilidade de atendimento ante a proximidade física entre o município e os licitantes.

7.1.3. A licitante declarada vencedora deverá apresentar planilha de proposta de preços contendo memória de cálculo detalhada de todos os custos unitários, inclusive tributos, envolvidos na composição.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. A **LICITANTE DEVERÁ COMPROVAR** experiência na realização em eventos, com apresentação de atestado (s) ou declaração (ões) de capacidade técnica fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado. Reunindo minimamente um quantitativo, onde conste a locação do objeto pretendido e serviços constantes neste termo e que demonstrem o desempenho satisfatório da execução, de forma que comprove aptidão para o cumprimento do objeto; O atestado deverá ser fornecido preferencialmente em papel timbrado, contendo razão social, CNPJ, endereço e telefone da pessoa jurídica que emitiu o atestado/certidão, data de emissão e identificação do responsável pela emissão do atestado (nome, cargo e assinatura).

8.2. A **LICITANTE DEVERÁ DECLARAR**, assinado pelo representante legal da licitante, de que dispõem de instalações, equipamentos (em boas condições, sem identificação de defeitos, má utilização, enferrujados, rasgados, mofados) e condições adequadas, considerados essenciais para a execução contratual, nas condições estabelecidas e prazos previstos.

8.3. Serão solicitados como requisitos/documentações para fim de licitação:

- a) 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, no mínimo, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- b) Indicação e qualificação de cada um dos membros da equipe de trabalho que se responsabilizará pelos e serviços.
- c) As empresas contratadas deverão apresentar: ART de profissional habilitado responsável pelas instalações elétricas e do sistema de geração de energia elétrica (geradores e componentes acessórios) e laudos técnicos necessários para realização de PPCI (Plano de Prevenção Contra Incêndio).

8.4. A administração poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, o licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 8.666/1993.

8.5. a (s) licitante (s) declarada (s) vencedora (s) deverá (ão) apresentar Cópia do CRV – Certificado de registro de Veículos do Trio Elétrico e Cópia do CRV – Certificado de registro de Veículos (carro de som), bem como documentação fotográfica ou em vídeo do trio elétrico, de maneira nítida e contemplando seus diversos equipamentos, que deverão ser próprios do veículo ora ofertado neste processo licitatório, sendo objeto de vistoria. A critério desta Administração, os equipamentos poderão ser substituídos por mais modernos ou eficazes, durante a vistoria, após aprovação.

São Pedro da Aldeia, 18 de dezembro de 2023.

DA ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO:

| SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | | |
|--|------------------|----------------|
| ELABORADOR (A) | MATRÍCULA | RUBRICA |
| _____ FELIPE VALENTIM DE OLIVEIRA. | 43.769 | |
| SECRETÁRIA | MATRÍCULA | RUBRICA |
| _____ MARIA MÁRCIA SAMPAIO FONTES | 37.877 | |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO | | |
| ELABORADOR (A) | MATRÍCULA | RUBRICA |
| _____ MARIA CRISTINA DA SILVA | 37.981 | |
| SECRETÁRIA | MATRÍCULA | RUBRICA |
| _____ CLAUDIA TINOCO PEREIRA DA SILVA | 41.377 | |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS | | |
| ELABORADOR (A) | MATRÍCULA | RUBRICA |
| _____ YAMÊ DA SILVA BORBA | 38.097 | |
| SECRETÁRIA | MATRÍCULA | RUBRICA |
| _____ DIANA ALVES LEONARDO | 38.859 | |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E TRABALHO | | |
| ELABORADOR (A) | MATRÍCULA | RUBRICA |
| _____ PRISCILA DE SOUZA SANTOS CUNHA | 37.977 | |
| SECRETÁRIO | MATRÍCULA | RUBRICA |
| _____ THIAGO RIBEIRO DE SOUZA | 37.866 | |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER | | |
| ELABORADOR (A) | MATRÍCULA | RUBRICA |

| | | |
|---|------------------|----------------|
| _____ | 38.076 | |
| SECRETÁRIO | MATRÍCULA | RUBRICA |
| _____ | 38.137 | |
| RICARDO RAMOS GASPAR | | |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | | |
| ELABORADOR (A) | MATRÍCULA | RUBRICA |
| _____ | 38.208 | |
| STEPHANIE AZEVEDO SIQUEIRA | | |
| SECRETÁRIO | MATRÍCULA | RUBRICA |
| _____ | 37.972 | |
| SHEILA DE MORAES SANTOS ATALLA | | |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA | | |
| ELABORADOR (A) | MATRÍCULA | RUBRICA |
| _____ | 30.317 | |
| AUGUSTO CESAR DA SILVEIRA AZEVEDO | | |
| SECRETÁRIO | MATRÍCULA | RUBRICA |
| _____ | 37.984 | |
| THIAGO SILVA MARQUES MATRÍCULA | | |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO | | |
| ELABORADOR (A) | MATRÍCULA | RUBRICA |
| _____ | | |
| MONALISA CREVELAND | | |
| SECRETÁRIO | MATRÍCULA | RUBRICA |
| _____ | | |
| LUIZ FERNANDO GOMES JUNIOR | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALI

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo II - Planilha de Composição de Preços

Un. Gestora: PMSPA

Processo Adm: 12931/2023

Nº Edital:

Modalidade: Pregão Presencial **Tipo de Licitação:** Menor preço p/Item

Data: **Horário:**

Objeto: Locação de trio elétricos e carro de som, através de sistema de registro de preços

Tipo de Benefício: -

| Item | Produto | Und. | Qty | Vi. Estimado | Vi. Total | | |
|---------------|---|-------|--------|--------------|------------|--|--|
| 1 | CAMINHAO PALCO | unida | 3,00 | 38.500,0000 | 115.500,00 | | |
| Descr: | • locação de caminhão palco com medidas de no MINIMO 06 metros de comprimento e máximo de 12 metros • com palco medindo no mínimo 6x6 metros ou medidas superiores • Sistema de PA com 8 caixas Line Array e 4 caixas de subgrave 2x18 ou superior • sistema de iluminação com grid em treliça q-30 • 02 Consoles digital com no mínimo 32 canais • multicabo 32 via no mínimo • 08 monitores de palco (passivo ou ativo) • sistema de fone in-ear com 12 fones • 01 técnico de som – 01 roadie - porte obrigatório de sistema de combate a incêndio e iluminação de emergência, a empresa deverá apresentar a anotação de responsabilidade técnica em acordo com a legislação em vigor - A empresa contratada deverá seguir rigorosamente as exigências da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. (Norma CBMERJ NT 5-03).rigorosamente as exigências da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. (Norma CBMERJ NT 5-03) | | | | | | |
| 2 | CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARRO DE SOM | unida | 126,00 | 1.466,6700 | 184.800,42 | | |
| Descr: | Com mesa de no mínimo 8 canais, com capacidade mínima 2 pessoas acima para realização de eventos institucionais na sede do Município, com motorista, combustível e demais insumos, (carro de som, licenciado junto aos órgãos competentes tudo conforme a legislação vigente, com condutor devidamente habilitado possuir no mínimo 01 microfone s/fio e 01 microfone c/fio; execute mp3 e outros formatos), som com potência igual ou superior a 8.000 watts), insumo microfone s/fio e 01 microfone c/fio; executem para atender as Secretarias do Município. | | | | | | |
| 3 | MINI TRIO ELETRICO | unida | 21,00 | 11.421,2500 | 239.846,25 | | |
| Descr: | Veiculo modelo camionete, medindo no mínimo 2,45 metros de largura - no mínimo 04 metros de comprimento e máximo de 06 metros, entre 2,90 e 3,20mt de altura espaço de palco para no mínimo 05 pessoas - SISTEMA de som PA, frontal, traseiro e laterais - O veículo deverá conter Proteção com treliças ou similar na parte traseira e nas laterais - 01 palco com guarda-corpo, sistema de cobertura - 01 gerador de energia própria; - 01 mesa digital com no mínimo 16 canais; - material de backstage para atender a demanda de canais da mesa de som - 01 motorista habilitado para trio elétrico – 01 técnico de som – 01 roadie - porte obrigatório de sistema de combate a incêndio e iluminação de emergência, a empresa deverá apresentar a anotação de responsabilidade técnica em acordo com a legislação em vigor - A empresa contratada deverá seguir rigorosamente as exigências da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. (Norma CBMERJ NT 5-03) | | | | | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALI

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo II - Planilha de Composição de Preços

Un. Gestora: PMSPA

Processo Adm: 12931/2023

Nº Edital:

Modalidade: Pregão Presencial Tipo de Licitação: Menor preço p/Item

Data: Horário:

Objeto: Locação de trio elétricos e carro de som, através de sistema de registro de preços

Tipo de Benefício: -

| Item | Produto | Und. | Qtd | Vi. Estimado | Vi. Total |
|------|---|-------|-------|--------------|------------|
| 4 | TRIO ELETRICO PORTE MEDIO, Descr: Veiculo modelo caminhão 3/4, medindo no mínimo 2,45 metros de largura por no MINIMO 06 metros e MAXIMO de 8 metros de comprimento o , entre 2,90 e 3,20mt de altura - O veículo deverá conter Proteção com Guarda Corpo ou similar na parte traseira e nas laterais e espaço para no mínimo 10 pessoas – P.A. de 08 caixas de Subgrave com 8 caixas com falantes de 12 polegadas com drive por lado (lado direito, lado esquerdo), PA frontal e PA traseiro de 04 caixas com falantes de 15 ou 12 polegadas ou com drive - rack de potencias internas para alimentação dos P.A.S – sistema de iluminação com mínimo de 12 REFLETORES PARLED WRGB com mesa DMX e 4 moving head beam 5R ou superior – sistema de cobertura para o palco - 01 gerador de energia próprio - 04 monitores de palco (ativos ou passivos) - 01 mesa digital com no mínimo 16 canais - material de backstage para atender a demanda de canais da mesa de som – 01 técnico de som – 01 roadie - 01 motorista habilitado para trio elétrico - porte obrigatório de sistema de combate a incêndio e iluminação de emergência, a empresa deverá apresentar a anotação de responsabilidade técnica em acordo com a legislação em vigor. A empresa contratada deverá seguir rigorosamente as exigências da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. (Norma CBMERJ NT 5-03 | unida | 12,00 | 17.926,3000 | 215.115,60 |
| 5 | TRIO ELETRICO TIPO 1 Descr: trio elétrico / caminhão truque com comprimento de no MINIMO 12 metros / largura 2,80m e altura 3,60m. - P. A. Lateral direita • 24 low (subgrave especificações: caminhão) de 18"; • 24 midlow (médio grave) de 12"; • 12 driver's. P. A. Lateral esquerda • 24 low (sub grave) de 18"; • 24 midlow (médio grave) de 12"; • 12 driver's. Pa frente: 12 midlow (médio grave) de 12"; • 06 driver's. Pa fundos 16 midlow (médio grave) de 12"; • 08 driver's ; • 08 low (subgrave) de 18"; • 01 mesas de áudio de 48 canais (DIGITAL) - 16 auxiliares • 01 notebook - 12 monitores (ativo ou passivo)- 02 power play de 08 canais cada um - 16 fones profissional (01 in ear com transmissor e receptor UHF) - 01 amplificador de baixo de 800 watts + 01 caixa com 04 auto falantes de 10 polegadas + 01 caixa de 1x15 polegadas - 02 caixas de guitarra - 01 bateria 06 microfones s/fio - 26 microfones cardioides c/fio - 01 kit de microfones de bateria - 30 pedestais, 16 direct box, 02 técnicos, 01 roadie • 01 sistema de iluminação com mínimo de 20 REFLETORES PARLED WRGB com mesa DMX 512 com 4 saídas • 16 moving head beam 5R ou superior sistema de cobertura para o palco • sistema de painel de led frontal e traseiro • 08 mini bruit • 01 gerador de energia próprio - 01 motorista habilitado para trio elétrico - porte obrigatório de sistema de combate a incêndio e iluminação de emergência, a empresa deverá apresentar a anotação de responsabilidade técnica em acordo com a legislação em vigor - A empresa contratada deverá seguir rigorosamente as exigências da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. (Norma CBMERJ NT 5-03) | unida | 12,00 | 27.325,0000 | 327.900,00 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALI

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo II - Planilha de Composição de Preços

Un. Gestora: PMSPA
Processo Adm: 12931/2023 **Nº Edital:**
Modalidade: Pregão Presencial **Tipo de Licitação:** Menor preço p/Item
Data: **Horário:**
Objeto: Locação de trio elétricos e carro de som, através de sistema de registro de preços
Tipo de Benefício: -

| Item | Produto | Und. | Qtd | VI. Estimado | VI. Total |
|------|---|-------|-------|--------------|------------|
| 6 | TRIO ELETRICO TIPO 2, Descr: trio elétrico / caminhão com comprimento de no MINIMO 08 metros / largura 2,80m e altura 3,60m. Caminhão oco com dois palcos- P. A. Lateral direita • 24 low(subgrave especificações: caminhão) de 18"; • 24 midlow (médio grave) de 12"; • 12 driver's. P. A. Lateral esquerda • 24 low (sub grave) de 18"; • 24 midlow (médio grave) de 12"; • 12 driver's. Pa frente: 12 midlow (médio grave) de 12"; • 06 driver's . Pa fundos 16 midlow (médio grave) de 12"; • 08 driver's ; • 08 low (subgrave) de 18"; • 01 mesas de áudio de 32 canais (DIGITAL) - 08 auxiliares • 01 notebook - 08 monitores (ativo ou passivo)- 01 power play de 08 canais cada um - 08 fones profissional (01 in ear com transmissor e receptor UHF) - 01 amplificador de baixo de 800 watts + 01 caixa com 04 auto falantes de 10 polegadas + 01 caixa de 1 x15 polegadas - 02 caixas de guitarra - 01 bateria - 02 microfones s/fio - 20 microfonescardeoides c/fio - 01 kit de microfones de bateria - 20 pedestais, 08 directbox, 02 técnicos, 01 roadie • 01 sistema de iluminação com mínimo de 12 REFLETORES PARLED WRGB com mesa DMX 512 com 4 saídas • 08 moving head bean 5R ou superior – sistema de cobertura para o palco • sistema de painel de led frontal e traseiro • 04 mini bruit • 01 gerador de energia próprio - 01 motorista habilitado para trio elétrico -porte obrigatório de sistema de combate a incêndio e iluminação de emergência, a empresa deverá apresentar a anotação de responsabilidade técnica em acordo com a legislação em vigor - A empresa contratada deverá seguir rigorosamente as exigências da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. (Norma CBMERJ NT 5-03) | unida | 18,00 | 27.812,5000 | 500.625,00 |

Valor Global **1.583.787,27**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo III - Planilha de Proposta de Preço

| | |
|--|--------------------------|
| Nome da Firma ou Razão Social: _____ | Un. Gestora: PMSPA |
| Data: _____ | Processo Adm: 12931/2023 |
| Endereço: _____ | Nº Edital |
| CNPJ: _____ | Data: |
| Inscrição Estadual: _____ | Horário: |
| Inscrição Municipal: _____ | |
| Agência: _____ Banco: _____ C/C: _____ | |

Objeto: Locação de trio elétricos e carro de som, através de sistema de registro de preços

Tipo de Benefício: -

| Item | Produto | Unidade | Marca | Quantidade | Valor | Valor Total |
|--------------|---|------------|-------|------------|-------|-------------|
| 1 | CAMINHAO PALCO | idade/diár | _____ | 3,00 | _____ | _____ |
| Descr | • locação de caminhão palco com medidas de no MINIMO 06 metros de comprimento e máximo de 12 metros • com palco medindo no mínimo 6x6 metros ou medidas superiores • Sistema de PA com 8 caixas Line Array e 4 caixas de subgrave 2x18 ou superior • sistema de iluminação com grid em treliça q-30 • 02 Consoles digital com no mínimo 32 canais • multicabo 32 via no mínimo • 08 monitores de palco (passivo ou ativo) • sistema de fone in-ear com 12 fones • 01 técnico de som – 01 roadie - porte obrigatório de sistema de combate a incêndio e iluminação de emergência, a empresa deverá apresentar a anotação de responsabilidade técnica em acordo com a legislação em vigor - A empresa contratada deverá seguir rigorosamente as exigências da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. (Norma CBMERJ NT 5-03). rigorosamente as exigências da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. (Norma CBMERJ NT 5-03) | | | | | |
| 2 | CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARRO DE SOM | idade/diár | _____ | 126,00 | _____ | _____ |
| Descr | Com mesa de no mínimo 8 canais, com capacidade mínima 2 pessoas acima para realização de eventos institucionais na sede do Município, com motorista, combustível e demais insumos, (carro de som, licenciado junto aos órgãos competentes tudo conforme a legislação vigente, com condutor devidamente habilitado possuir no mínimo 01 microfone s/fio e 01 microfone c/fio; execute mp3 e outros formatos), som com potência igual ou superior a 8.000 watts), insumo microfone s/fio e 01 microfone c/fio; executem para atender as Secretarias do Município. | | | | | |
| 3 | MINI TRIO ELETRICO | idade/diár | _____ | 21,00 | _____ | _____ |
| Descr | Veiculo modelo camionete, medindo no mínimo 2,45 metros de largura - no mínimo 04 metros de comprimento e máximo de 06 metros, entre 2,90 e 3,20mt de altura espaço de palco para no mínimo 05 pessoas - SISTEMA de som PA, frontal, traseiro e laterais - O veículo deverá conter Proteção com treliças ou similar na parte traseira e nas laterais - 01 palco com guarda-corpo, sistema de cobertura - 01 gerador de energia própria; - 01 mesa digital com no mínimo 16 canais; - material de backstage para atender a demanda de canais da mesa de som - 01 motorista habilitado para trio elétrico – 01 técnico de som – 01 roadie - porte obrigatório de sistema de combate a incêndio e iluminação de emergência, a empresa deverá apresentar a anotação de responsabilidade técnica em acordo com a legislação em vigor - A empresa contratada deverá seguir rigorosamente as exigências da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. (Norma CBMERJ NT 5-03) | | | | | |

Assinatura/Carimbo do Responsável



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo III - Planilha de Proposta de Preço

| | |
|---|---------------------------------|
| Nome da Firma ou Razão Social: _____ | Un. Gestora: PMSPA |
| Data: _____ | Processo Adm: 12931/2023 |
| Endereço: _____ | Nº Edital |
| CNPJ: _____ | Data: |
| Inscrição Estadual: _____ | Horário: |
| Inscrição Municipal: _____ | |
| Agência: _____ Banco: _____ C/C: _____ | |

Objeto: Locação de trio elétricos e carro de som, através de sistema de registro de preços

Tipo de Benefício: -

| Item | Produto | Unidade | Marca | Quantidade | Valor | Valor Total |
|--------------|--|--------------|-------|------------|-------|-------------|
| 4 | TRIO ELETRICO PORTE MEDIO, | unidade/diár | _____ | 12,00 | _____ | _____ |
| Descr | Veiculo modelo caminhão 3/4, medindo no mínimo 2,45 metros de largura por no MINIMO 06 metros e MAXIMO de 8 metros de comprimento , entre 2,90 e 3,20mt de altura - O veículo deverá conter Proteção com Guarda Corpo ou similar na parte traseira e nas laterais e espaço para no mínimo 10 pessoas – P.A. de 08 caixas de e Subgrave com 8 caixas com falantes de 12 polegadas com driver e por lado (lado direito, lado esquerdo), PA frontal e PA traseiro de e 04 caixas com falantes de 15 ou 12 polegadas ou com driver - rack de potencias internas para alimentação dos P.A.S – sistema de iluminação com mínimo de 12 REFLETORES PARLED WRGB com mesa DMX e 4 moving head beam5R ou superior – sistema de cobertura para o palco - 01 gerador de energia próprio - 04 monitores de palco (ativos ou passivos) - 01 mesa digital com no mínimo 16 canais - material de backstage para atender a demanda de canais da mesa de som – 01 técnico de som – 01 roadie - 01 motorista habilitado para trio elétrico - porte obrigatório de sistema de combate a incêndio e iluminação de emergência, a empresa deverá apresentar a anotação de responsabilidade técnica em acordo com a legislação em vigor. A empresa contratada deverá seguir rigorosamente as exigências da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. (Norma CBMERJ NT 5-03 | | | | | |

Assinatura/Carimbo do Responsável



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo III - Planilha de Proposta de Preço

| | |
|---|---------------------------------|
| Nome da Firma ou Razão Social: _____ | Un. Gestora: PMSPA |
| Data: _____ | Processo Adm: 12931/2023 |
| Endereço: _____ | Nº Edital |
| CNPJ: _____ | Data: |
| Inscrição Estadual: _____ | Horário: |
| Inscrição Municipal: _____ | |
| Agência: _____ Banco: _____ C/C: _____ | |

Objeto: Locação de trio elétricos e carro de som, através de sistema de registro de preços

Tipo de Benefício: -

| Item | Produto | Unidade | Marca | Quantidade | Valor | Valor Total |
|--------------|--|--------------|-------|------------|-------|-------------|
| 5 | TRIO ELETRICO TIPO 1 | unidade/diár | _____ | 12,00 | _____ | _____ |
| Descr | trio elétrico / caminhão truque com comprimento de no MINIMO 12 metros / largura 2,80m e altura 3,60m. - P. A. Lateral direita • 24 low (subgrave especificações: caminhão) de 18"; • 24 midlow (médio grave) de 12"; • 12 driver's. P. A. Lateral esquerda • 24 low (sub grave) de 18"; • 24 midlow (médio grave) de 12"; • 12 driver's. Pa frente: 12 midlow (médio grave) de 12"; • 06 driver's. Pa fundos 16 midlow (médio grave) de 12"; • 08 driver's ; • 08 low (subgrave) de 18"; • 01 mesas de áudio de 48 canais (DIGITAL) - 16 auxiliares • 01 notebook - 12 monitores (ativo ou passivo)- 02 power play de 08 canais cada um - 16 fones profissional (01 in ear com transmissor e receptor UHF) - 01 amplificador de baixo de 800 watts + 01 caixa com 04 auto falantes de 10 polegadas + 01 caixa de 1x15 polegadas - 02 caixas de guitarra - 01 bateria 06 microfones s/fio - 26 microfones cardeoides c/fio - 01 kit de microfones de bateria - 30 pedestais, 16 directbox, 02 técnicos, 01 roadie • 01 sistema de iluminação com mínimo de 20 REFLETORES PARLED WRGB com mesa DMX 512 com 4 saidas • 16 moving head ad bean 5R ou superior sistema de cobertura para o palco • sistema de painel de led frontal e traseiro • 08 mini bruit • 01 gerador de energia próprio - 01 motorista habilitado para trio elétrico - port e obrigatório de sistema de combate a incêndio e iluminação de emergência, a empresa deverá apresentar a anotação de responsabilidade técnica em acordo com a legislação em vigor - Aempres a contratada deverá seguir rigorosamente as exigências da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. (Norma CBMERJ NT 5-03) | | | | | |

Assinatura/Carimbo do Responsável



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Rua Marques da Cruz, 61
Centro
São Pedro da Aldeia - RJ

Anexo III - Planilha de Proposta de Preço

| | |
|--|--------------------------|
| Nome da Firma ou Razão Social: _____ | Un. Gestora: PMSPA |
| Data: _____ | Processo Adm: 12931/2023 |
| Endereço: _____ | Nº Edital |
| CNPJ: _____ | Data: |
| Inscrição Estadual: _____ | Horário: |
| Inscrição Municipal: _____ | |
| Agência: _____ Banco: _____ C/C: _____ | |

Objeto: Locação de trio elétricos e carro de som, através de sistema de registro de preços

Tipo de Benefício: -

| Item | Produto | Unidade | Marca | Quantidade | Valor | Valor Total |
|-------|--|--------------|-------|------------|-------|-------------|
| 6 | TRIO ELETRICO TIPO 2, | unidade/diár | _____ | 18,00 | _____ | _____ |
| Descr | trio elétrico / caminhão com comprimento de no MINIMO 08 metros / largura 2,80m e altura 3,60m. Caminhão oco com dois palcos- P. A. Lateral direita • 24 low(subgrave especificações: caminhão de 18"; • 24 midlow (médio grave) de 12"; • 12 driver's. P. A. Lateral esquerda • 24 low (sub grave) de 18"; • 24 midlow (médio grave) de 12"; • 12 driver's. Pa frente: 12 midlow (médio grave) de 12"; • 06 driver's. Pa fundos 16 midlow (médio grave) de 12"; • 08 driver's ; • 08 low (subgrave) de 18"; • 01 mesas de áudio de 32 canais (DIGITAL) - 08 auxiliares • 01 notebook - 08 monitores (ativo ou passivo)- 01 power play de 08 canais cada um - 08 fones profissional (01 in ear com transmissor e receptor UHF) - 01 amplificador de baixo de 800 watts + 01 caixa com 04 auto falantes de 10 polegadas + 01 caixa de 1x15 polegadas - 02 caixas de guitarra - 01 bateria - 02 microfones s/fio - 20 microfones cardoides c/fio - 01 kit de microfones de bateria - 20 pedestais, 08 di rectbox, 02 técnicos, 01 roadie • 01 sistema de iluminação com mínimo de 12 REFLETORES PARLED WRGB com mesa DMX 512 com 4 saídas • 08 moving head bean 5R ou superior – sistema de cobertura para o palco • sistema de painel de led frontal e traseiro • 04 mini bruit • 01 gerador de energia próprio - 01 motorista habilitado para trio elétrico -porte obrigatório de sistema de combate a incêndio e iluminação de emergência, a empresa deverá apresentar a anotação de responsabilidade técnica em acordo com a legislação em vigor - A empresa contratada deverá seguir rigorosamente as exigências da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. (Norma CBMERJ NT 5-03) | | | | | |

Valor Total: _____

Por extenso: _____

Prazo de entrega do objeto conforme o edital

Validade da Proposta 60 dias

Condições de pagamento conforme o edital

Qualificação do representante legal:

Assinatura/Carimbo do Responsável



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

2023

Av. Marques da Cruz, 61
Centro
SAO PEDRO DA ALDEIA - RJ
CNPJ: 28.909.604/0001-74

ANEXO III - CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO

Table header with columns: Código, Descrição, Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro, Outubro, Novembro, Dezembro, TOTAL

Table row 1: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA, TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO: 184.055,52

2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA

Main data table with 14 rows of expense categories and monthly breakdowns, including rows for SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO, etc.

Table row 3: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE SÃO PEDRO DA ALDEIA, TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO: 3.981.225,46

Table row 4: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE SÃO PEDRO DA ALDEIA, 18.00,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

Av. Marques da Cruz, 61
Centro

SÃO PEDRO DA ALDEIA - RJ

CNPJ: 28.909.604/0001-74

2023
ANEXO III - CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO

| Código | Descrição | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maior | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | TOTAL | |
|---|--|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|--|
| 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | | | | | | | | | | | | | | | |
| 19.00.00 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL | 200.025,16 | 915.409,25 | 1.095.431,89 | 908.349,54 | 860.108,17 | 1.020.128,30 | 1.148.378,72 | 1.098.372,18 | 1.001.302,40 | 1.027.188,01 | 1.038.954,20 | 1.482.538,88 | 11.768.185,69 | |
| | TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO: | 919.928,11 | 4.210.014,79 | 5.037.548,29 | 4.177.546,81 | 3.958.682,28 | 4.691.623,16 | 5.281.458,14 | 5.005.480,31 | 4.805.041,88 | 4.724.091,14 | 4.778.204,45 | 6.726.283,27 | 64.113.300,63 | |
| 5 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS CRIANÇA E ADOLESCENTE | | | | | | | | | | | | | | | |
| 20.00.00 | FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE | 18.698,33 | 85.672,38 | 102.400,88 | 84.912,44 | 80.402,84 | 95.361,51 | 107.350,44 | 101.740,94 | 93.601,65 | 95.021,45 | 97.121,35 | 136.717,82 | 1.099.902,03 | |
| | TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO: | 18.698,33 | 85.672,38 | 102.400,88 | 84.912,44 | 80.402,84 | 95.361,51 | 107.350,44 | 101.740,94 | 93.601,65 | 95.021,45 | 97.121,35 | 136.717,82 | 1.099.902,03 | |
| 6 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | | | | | | | | | | | | | | |
| 21.00.00 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 2.038.678,42 | 9.329.942,69 | 11.164.751,48 | 9.257.989,41 | 8.768.308,62 | 10.397.249,76 | 11.704.401,12 | 11.092.798,19 | 10.205.374,34 | 10.489.203,05 | 10.589.125,19 | 14.908.322,33 | 119.922.142,60 | |
| | TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO: | 2.038.678,42 | 9.329.942,69 | 11.164.751,48 | 9.257.989,41 | 8.768.308,62 | 10.397.249,76 | 11.704.401,12 | 11.092.798,19 | 10.205.374,34 | 10.489.203,05 | 10.589.125,19 | 14.908.322,33 | 119.922.142,60 | |
| 7 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE | | | | | | | | | | | | | | | |
| 22.00.00 | FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE | 17.630,70 | 80.686,38 | 96.554,01 | 80.094,12 | 75.812,01 | 89.916,57 | 101.220,95 | 95.931,75 | 88.257,21 | 90.538,83 | 91.576,93 | 128.911,53 | 1.037.100,00 | |
| | TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO: | 17.630,70 | 80.686,38 | 96.554,01 | 80.094,12 | 75.812,01 | 89.916,57 | 101.220,95 | 95.931,75 | 88.257,21 | 90.538,83 | 91.576,93 | 128.911,53 | 1.037.100,00 | |
| 8 - FUNDO DA PROCURADORIA GERAL | | | | | | | | | | | | | | | |
| 23.00.00 | FUNDO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO | 10.065,39 | 46.063,87 | 55.122,83 | 45.708,73 | 43.281,19 | 51.333,50 | 57.787,20 | 54.767,58 | 50.386,17 | 51.688,75 | 52.280,84 | 73.585,79 | 592.081,94 | |
| | TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO: | 10.065,39 | 46.063,87 | 55.122,83 | 45.708,73 | 43.281,19 | 51.333,50 | 57.787,20 | 54.767,58 | 50.386,17 | 51.688,75 | 52.280,84 | 73.585,79 | 592.081,94 | |
| 9 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | | | | | | | | | | | | | | | |
| 24.01.00 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | 1.144.262,35 | 5.236.637,25 | 6.266.464,37 | 5.199.281,87 | 4.920.285,13 | 5.895.687,01 | 6.569.354,70 | 6.226.078,99 | 5.727.992,67 | 5.876.072,39 | 5.943.931,35 | 8.368.503,98 | 67.308.982,05 | |
| 24.02.00 | FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA | 1.393.731,74 | 6.378.372,30 | 7.832.730,86 | 6.329.181,77 | 5.993.046,47 | 7.108.031,85 | 8.001.659,85 | 7.683.540,33 | 6.976.657,10 | 7.157.222,39 | 7.239.206,61 | 10.190.638,52 | 81.984.219,78 | |
| | TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃO: | 2.537.994,09 | 11.615.009,55 | 13.898.195,23 | 11.525.433,64 | 10.913.331,60 | 12.943.718,86 | 14.571.014,55 | 13.809.619,32 | 12.704.649,77 | 13.033.294,78 | 13.182.637,96 | 18.557.142,50 | 149.293.181,83 | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA ALDEIA

2023

Av. Marques da Cruz, 61
Centro

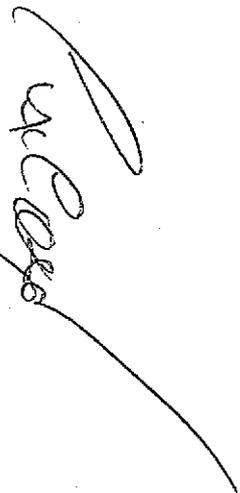
SÃO PEDRO DA ALDEIA - RJ

CNPJ: 28.909.604/0001-74

ANEXO III - CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO

| Código | Descrição | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Mai | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro | TOTAL |
|-------------------------|-----------|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| TOTAL GERAL DA DESPESA: | | 9.918.287,21 | 45.390.749,74 | 54.317.208,25 | 45.040.892,58 | 42.548.635,04 | 50.583.264,81 | 56.942.637,22 | 53.997.161,08 | 49.649.778,96 | 50.933.322,01 | 51.616.760,69 | 72.520.182,44 | 593.428.659,98 |


Paulo Cassal de Souza
 Secretário de Planejamento e Gestão
 PMS/PA - Mat. 37088


FABIO DO PASTEL
CARLOS FABIO DA SILVA
 Prefeito


Renaldo Martins Barrei
 Secretário Municipal de Fazenda
 Matrícula 37851